

01/10/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 117.605 MINAS GERAIS

| | |
|------------------------|-----------------------------------------|
| RELATOR | : MIN. DIAS TOFFOLI |
| PACTE.(S) | : RODNEY DA CONCEIÇÃO FERREIRA |
| PACTE.(S) | : ROGÉRIO RODRIGUES OLIVEIRA |
| IMPTE.(S) | : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO |
| PROC.(A/S)(ES) | : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL |
| COATOR(A/S)(ES) | : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA |

EMENTA

Habeas corpus. Penal. Furto qualificado. Artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal. Alegada incidência do postulado da insignificância penal. Inaplicabilidade. Reprovabilidade da conduta. Expressividade financeira dos bens subtraídos, que representava pouco mais da metade do salário mínimo vigente à época dos fatos. Ordem denegada.

1. Não se revela de reduzida expressividade financeira o valor do bens subtraídos pelos pacientes - que foram avaliados em R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais) - se levado em conta que o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos (29/3/07) era de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

2. Conforme se infere da jurisprudência da Corte, “não tem pertinência o princípio da insignificância se o crime de furto é praticado mediante ingresso sub-reptício na residência da vítima, com violação da privacidade e tranquilidade pessoal desta” (HC nº 114.289/RS, Primeira Turma, Relatora a Ministra **Rosa Weber**, DJe de 5/6/13).

3. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

HC 117605 / MG

Brasília, 1º de outubro de 2013.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

01/10/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 117.605 MINAS GERAIS

| | |
|------------------------|-----------------------------------------|
| RELATOR | : MIN. DIAS TOFFOLI |
| PACTE.(S) | : RODNEY DA CONCEIÇÃO FERREIRA |
| PACTE.(S) | : ROGÉRIO RODRIGUES OLIVEIRA |
| IMPTE.(S) | : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO |
| PROC.(A/S)(ES) | : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL |
| COATOR(A/S)(ES) | : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA |

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Habeas corpus, sem pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Rodney da Conceição Ferreira e Rogério Rodrigues Oliveira, buscando a aplicação do princípio da insignificância ao delito praticado pelos pacientes.

Aponta a Defensoria como autoridade coatora a Ministra **Marilza Maynard**, do Superior Tribunal de Justiça, que negou seguimento ao REsp nº 1.358.065/MG.

Sustenta a impetrante, em síntese, a aplicabilidade do princípio da insignificância ao caso concreto. Aduz, para tanto, que a conduta dos pacientes seria penalmente irrelevante, pois os bens furtados (um aparelho receptor de antena parabólica e uma base de telefone) foram avaliados R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais). Inferior, portanto, ao salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Aduz, ainda, que,

“para a aplicação do princípio da insignificância, somente aspectos de ordem objetiva do fato devem ser analisados, porque o princípio da insignificância é causa de exclusão da própria tipicidade. Uma vez excluído o fato típico, não há sequer que se falar em crime” (fl. 4 da inicial).

Requer a concessão de ordem “para absolver os pacientes por

HC 117605 / MG

atipicidade da conduta em face do princípio da insignificância” (fl. 6 da inicial).

Por não haver pedido de liminar a ser apreciado e estando a impetração devidamente instruída, dispensei o pedido de informações.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Edson Oliveira de Almeida**, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

01/10/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 117.605 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conforme relatado, volta-se esta impetração contra ato da Ministra **Marilza Maynard**, do Superior Tribunal de Justiça, que negou seguimento ao REsp nº 1.358.065/MG.

Conforme se infere dos autos os pacientes foram condenados à pena de 4 (quatro) anos de reclusão pela prática do delito de furto qualificado (art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal), por duas vezes, em concurso material (art. 69 do Código Penal).

O recurso de apelação visando à absolvição dos pacientes, em razão do princípio da insignificância, restou parcialmente provido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que reduziu a reprimenda corporal dos pacientes para 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, em razão da aplicação da continuidade delitiva (art. 70 do Código Penal) e da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 155, § 2º, do Código Penal.

Daí a interposição ao Superior Tribunal de Justiça do REsp nº 1.358.065/MG, que teve seu seguimento negado pela relatora, em decisão assim fundamentada:

“Trata-se de recurso especial interposto por RODNEY DA CONCEIÇÃO FERREIRA e ROGÉRIO RODRIGUES OLIVEIRA, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea ‘a’, da Constituição Federal, contra acórdão da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ementado nos seguintes termos:

‘APELAÇÃO CRIMINAL - CUSTAS JUDICIAIS - ISENÇÃO EM 2º GRAU - IMPOSSIBILIDADE - SUSPENSÃO - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO - SÚMULA 58 DO TJMG - A avaliação do

HC 117605 / MG

possibilidade de pagamento das custas do processo deve ser feita pelo Juízo de Execução, que é o competente para condenar o réu nas custas processuais e, se for o caso, suspender a sua exigibilidade caso o condenado mantiver, comprovadamente, a condição de miserabilidade.

V.V.P.

APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO QUALIFICADO - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE - CONDENAÇÃO MANTIDA - PRIVILÉGIO DO ART 155, §2º, DO CPB - RECONHECIMENTO - PRÁTICA DE MAIS DE UM CRIME - CONTINUIDADE DELITIVA - RECONHECIMENTO - CUSTAS - ISENÇÃO - RÉUS ASSISTIDOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA. - Restando demonstrada a vontade de subtrair, com a finalidade do ter a coisa para si ou para outrem, incabível é a absolvição do agente pela ausência do dolo; Para a aplicação do princípio da insignificância, é preciso considerar não apenas o valor econômico da coisa subtraída, mas o contexto em que se deu a subtração e a situação econômico-financeira da vítima. - Se estão preenchidos os requisitos do art. 155, §2º, do CPB, cabível é o reconhecimento do crime na forma privilegiada. - Se os réus praticam dois ou mais crimes da mesma espécie, condições do tempo, lugar e maneira de execução, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, na forma do art. 71, do CPB. - Cabe isentar do pagamento das custas processuais o réu assistido pela Defensoria Pública.' (fl. 306)

Extrai-se dos autos que os recorrentes foram condenados à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, além de 20 (vinte) dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, por duas vezes, em concurso material. As penas foram substituídas por restritivas de direito, para ambos os condenados.

HC 117605 / MG

Irresignada, a defesa apelou, visando à absolvição pela aplicação do princípio da insignificância.

A Corte de origem, por maioria, deu parcial provimento ao recurso de apelação, tão somente para isentar os condenados das custas processuais.

A defesa interpôs, então, os cabíveis embargos infringentes, visando à isenção das referidas custas, que foi negado.

Daí o presente recurso especial, em cujas razões aponta-se violação aos arts. 1º e 155, § 4º, inciso IV, ambos do Código Penal, insistindo-se na aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista o valor ínfimo das coisas objeto do furto – que foram restituídas -, além da ação não ter sido praticada mediante ameaça ou violência. Contrarrazões às fls. 398/400.

A d. Subprocuradoria-Geral da República, no parecer de fls. 424/428, manifestou-se pelo não provimento do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Razão não assiste aos recorrentes.

O Supremo Tribunal Federal já consagrou o entendimento de que, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, de forma cumulada, os seguintes vetores: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada (STF, HC 112.378/DF, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 18.9.2012).

In casu, o Tribunal de origem afastou o princípio da insignificância nos exatos termos:

‘Quanto às condutas, não se pode desconsiderar que furtos desse tipo não devem ser tolerados como se fossem um ato sem significância penal.

No caso, os réus invadiram as residências das

HC 117605 / MG

vitimas para subtrair-lhes os bens descritos no laudo de fl. 64, não se mostrando o valor, pois, inexpressivo ou irrelevante.

Nelson Hungria, ao discorrer sobre os parâmetros utilizados para apurar o pequeno valor no furto privilegiado e nos crimes de bagatela, afirmava que:

‘Não estabelece a lei critério preciso ou objetivo para aferição do pequeno valor da res furtiva, mas como tal se deve reconhecer o valor cuja perda poderá ser facilmente suportada até mesmo por uma pessoa de escassos recursos.’ (Comentários ao Código Penal, Rio de Janeiro, Editora Revista Forense. 1955. vol.VII, p. 30).

Considerar que a vitima Maria Aparecida não sofreu dano relevante ao seu patrimônio, ao nosso aviso, seria presunção de certa forma divorciada da prova dos autos.

[...]

De mais a mais, há que se considerar se houve efetiva lesão do bem jurídico tutelado pela norma penal.

Se é certo, no caso, que o segundo furto foi de um bem avaliado em R\$25,00, as circunstâncias fáticas não inclinam para uma lesividade mínima apta a torná-la atípica.

Digno de nota, vinham os réus batendo de porta a porta, pedindo ajuda aos moradores e furtando pertences de residências que estavam vazias.

[...]

Por essas razões, não cabe aplicar o princípio da insignificância.’ (fls. 309/312).

In casu, constata-se que há evidente carga de reprovabilidade nas condutas dos recorridos, já que, conforme consignado pela Corte a quo, o valor não pode ser considerado como ínfimo e o delito foi qualificado pelo concurso de agentes.

HC 117605 / MG

Dessa forma, não atendidos os requisitos da ausência de periculosidade da ação e da inexpressividade da lesão jurídica provocada, não há como reconhecer a atipicidade material da conduta pela aplicação do princípio da insignificância. A propósito:

'HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE FURTO SIMPLES. 1. TESE DE CRIME IMPOSSÍVEL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 2. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. BENS SUBTRAÍDOS AVALIADOS EM R\$ 240,00. PACIENTE REINCENTE ESPECÍFICO E PORTADOR DE MAUS ANTECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM DENEGADA.

1. A tese de crime impossível não pode ser apreciada diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância, tendo em vista que a matéria não foi debatida pelas instâncias ordinárias.

2. A lei penal não deve ser invocada para atuar em hipóteses desprovidas de significação social, razão pela qual os princípios da insignificância e da intervenção mínima surgem para evitar situações dessa natureza, atuando como instrumentos de interpretação restrita do tipo penal.

3. Segundo assentado pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC nº 98.152/MG, para a aplicação do princípio da insignificância devem ser levados em conta os seguintes vetores: a mínima ofensividade da conduta do agente, a nenhuma periculosidade social da ação, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

4. No caso, não há como reconhecer o reduzido grau de reprovabilidade ou a mínima ofensividade da conduta, de forma a ser possível a aplicação do princípio da

HC 117605 / MG

insignificância, pois os bens subtraídos foram avaliados em R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), valor que não pode configurar um indifferente penal. Ademais, de acordo com a certidão de registros de antecedentes criminais, o paciente é reincidente específico e possui antecedentes criminais pela prática de outros delitos, o que está a indicar que nem mesmo as censuras penais anteriores foram suficientes para impedir o seu retorno as atividades criminosas.

5. Como é cediço, a reiteração delitiva impede o reconhecimento da insignificância penal, uma vez ser imprescindível não só a análise do dano causado pela ação, mas também o desvalor da culpabilidade do agente, sob pena de se aceitar, ou mesmo incentivar, a prática de pequenos delitos.

6. *Habeas corpus* parcialmente conhecido. Ordem denegada' (HC 243.963/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 19.9.2012).

(...)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial" (fls. 430 a 434 do anexo 3).

Essa é a razão pela qual se insurge a impetrante neste writ.

Pelo que se verifica na decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, não se vislumbra ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem. Com efeito, o julgado emanado daquela Corte encontra-se suficientemente motivado, restando justificado o convencimento formado.

Ademais, não considero de reduzida expressividade financeira o valor dos bens subtraídos pelos pacientes - que foram avaliados em R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais) -, se levado em conta que o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos (29/3/07) era de R\$ 350,00

HC 117605 / MG

(trezentos e cinquenta reais).

Conforme se infere da jurisprudência da Corte,

“o fato de o valor subtraído pelo paciente ser inferior ao valor do salário mínimo, por si só, não autoriza a aplicação do princípio da insignificância, já que não se pode confundir o pequeno valor do objeto material do delito com a irrelevância da conduta do agente” (HC nº 101.144/RS, Segunda Turma, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 22/10/10).

De outra parte, vale destacar o seguinte excerto da denúncia a respeito do **modus operandi** do delito:

“(…)

Na data dos fatos, os investigados, ao passarem pelo local dirigiam-se à residência da primeira vítima para solicitarem ajuda. Quando lá chegaram, constataram que a porta estava aberta. Aproveitaram-se do descuido da vítima e ganharam o interior da residência, de lá subtraindo o aparelho receptor de sinal de antena parabólica já descrita.

Em seguida, rumaram para a residência da segunda vítima com a mesma finalidade. Também constaram que acesso ao interior do imóvel não lhes exigia maiores esforços certificaram que o proprietário ali não se encontrava. Abriram a janela que não estava trancada e, após adentraram o imóvel, subtraíram [a] base de telefonia móvel já descrita, evadindo-se em seguida” (fl. 2 do anexo 2).

A par dessas circunstâncias, comungo do entendimento consignado pela Ministra **Rosa Weber** no sentido de que “não tem pertinência o princípio da insignificância se o crime de furto é praticado mediante ingresso sub-reptício na residência da vítima, com violação da privacidade e tranquilidade pessoal desta” (HC nº 114.289/RS, Primeira Turma, DJe de 5/6/13).

Com essas considerações, denego a ordem de **habeas corpus**.

HC 117605 / MG

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 117.605

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S) : RODNEY DA CONCEIÇÃO FERREIRA

PACTE.(S) : ROGÉRIO RODRIGUES OLIVEIRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 1º.10.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma